



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES - IH
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

LAISA BIBIANO NASCIMENTO

**DA FORMAÇÃO DE PROFESSORAS ÀS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: tecendo a
história do MOBREAL na cidade de Guaiúba-CE (1960-1970)**

REDENÇÃO

2025

LAISA BIBIANO NASCIMENTO

**DA FORMAÇÃO DE PROFESSORAS ÀS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: tecendo a
história do MOBRAL na cidade de Guaiúba-CE (1960-1970)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Dr. Luís Carlos Ferreira

REDENÇÃO

2025

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Nascimento, Laisa Bibiano.

N196d

Da formação de professores às práticas pedagógicas: tecendo a história do MOBREAL na cidade de Guaiúba-CE 1960-1970 / Laisa Bibiano Nascimento. - Redenção, 2025.
44f: il.

Monografia - Curso de Pedagogia, Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2025.

Orientador: Prof. Dr. Luis Carlos Ferreira.

1. MOBREAL. 2. Formação docente. 3. Práticas pedagógicas. 4. Educação de jovens e adultos. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 372

LAISA BIBIANO NASCIMENTO

DA FORMAÇÃO DE PROFESSORAS ÀS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: tecendo a história do MOBREAL na cidade de Guaiúba-CE (1960-1970)

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em: 02 de Dezembro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luís Carlos Ferreira (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Marcos Adriano Barbosa de Novaes

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Ma. Édmara Silva de Souza

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Este trabalho é dedicado às minhas avós,
razão de toda minha admiração,
amor, espelho e força para a concretude desta pesquisa,
Maria Liduína e Maria de Lourdes, mulheres negras,
professoras e construtoras da história da educação de Guaiúba/CE.

AGRADECIMENTOS

Graças ao meu deus, ao meu Jesus, ao meu senhor que me deu encorajamento, que impulsionou a fazer desse momento especial e gratificante na minha vida, obrigada Deus, obrigada Jesus!

À quem me dá apoio, colo e presença, obrigada a minha família que tanto me impulsiona a ser mais, sempre mais:

Em especial minha mãe, Leuziany pela crença que é possível ser mais, pelo colo, pelo amor, ao meu pai, Gilvan que acredita nos meus sonhos, as minhas amadas avós, Maria Liduína e Maria de Lourdes à quem me espelho para ocupar este espaço na profissão, elas que caminharam primeiro, eu cresci ouvindo o que era escola e o que é ser professora, eu tenho base! À minha amada irmã Laila, pela presença constante e crenças nos meus sonhos, aos meus queridos e amados avôs, Antônio Coelho e João por todo apoio, por todo empenho e ajuda aos meus trajetos de idas e vindas nessa correria que é a academia, à minha querida tia Fátima, por todo carinho e apoio.

As minhas companheiras e companheiros da unilab, com quem pude formar laços tão especiais: Aracely, Sara, Marília, Gabriel, Eriqui, Mayra, Mariana, Ander, entre tantos outros que fizeram partes de laços tão singulares.

Aos meus fiéis amigos pelo apoio e por acreditar nos meus sonhos: Danrlei, Kelvia, Alana e Joana.

À todos aqueles que de forma direta ou indireta ajudaram e me apoiaram ao longo dessa caminhada.

Ao meu precioso orientador Luis Carlos Ferreira, obrigado por toda paciência, por todo colo, por toda ajuda, por toda a sua preciosidade em ensinar e realizar essa pesquisa comigo.

Aos meus professores da UNILAB à quem tenho tanto apreço, à eles devo a minha gratidão por uma formação tão compromissada com a educação, humana e transformadora.

O meu preciosíssimo agradecimento às alfabetizadoras, professoras do Mobral que me concederam as entrevistas, sem elas esta pesquisa não seria realizada.

RESUMO

O presente trabalho busca responder à seguinte questão: como o Mobral aconteceu para a população jovem e adulta da região cearense, especificamente, da cidade de Guaiúba? A hipótese levantada é a de que o programa mobilizou uma formação aligeirada de professores e replicou modelos metodológicos mecânicos. Em função disso, o objetivo é analisar numa perspectiva histórica o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) no município de Guaiúba, Ceará, entre as décadas de 1960 a 1970, considerando o percurso formativo de professoras e sua atuação docente nas práticas pedagógicas desenvolvidas no âmbito do programa. A base teórica procede de autores como, Gomes (2012), Moraes; Santos; Chaves (2022), Gadotti (2003; 2010), Freire (1987; 2014). A metodologia usada é qualitativa, com abordagem descritivo-interpretativa. A aplicação desse método requereu a realização de entrevistas semi-estruturadas. Os dados foram organizados através da formulação de categorias de análise. Os resultados do exercício de análise apontam uma ampla discussão sobre o aligeiramento da formação docente em consequência ao esvaziamento de práticas pedagógicas. Diante desses achados, nossa conclusão é de que o MOBRAL concedeu uma “preparação” precarizada, corroborando na utilização de práticas de ensino utilitaristas e mecânicas.

Palavras-chave: MOBRAL; Formação docente; Práticas pedagógicas; Educação de Jovens e Adultos.

ABSTRACT

This paper seeks to answer the following question: how did Mobral affect the young and adult population of the Ceará region, specifically the city of Guaiúba? The hypothesis is that the program mobilized a rushed training of teachers and replicated mechanical methodological models. Therefore, the objective is to analyze, from a historical perspective, the Brazilian Literacy Movement (MOBRAL) in the municipality of Guaiúba, Ceará, between the 1960s and 1970s, considering the formative trajectory of teachers and their teaching performance in the pedagogical practices developed within the program. The theoretical basis comes from authors such as Gomes (2012), Moraes; Santos; Chaves (2022), Gadotti (2003; 2010), and Freire (1987; 2014). The methodology used is qualitative, with a descriptive-interpretative approach. The application of this method required conducting semi-structured interviews. The data were organized through the formulation of categories of analysis. The results of the analysis point to a broad discussion about the simplification of teacher training as a consequence of the emptying of pedagogical practices. Based on these findings, our conclusion is that MOBRAL provided a precarious "preparation," corroborating the use of utilitarian and mechanical teaching practices.

Keywords: MOBRAL; Teacher training; Pedagogical practices; Youth and Adult Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
SEÇÃO 1 - A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA HISTÓRIA E A DELIMITAÇÃO DO MOBRL NO ESTADO DO CEARÁ.....	12
1.1 - O MOBRL NO CENÁRIO POLÍTICO CEARENSE.....	19
1.2 - AS PRÁTICAS E METODOLOGIAS DO MOBRL.....	22
SEÇÃO 2 - PERCURSO METODOLÓGICO.....	26
2.1 - CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	26
2.2 - INSTRUMENTALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	28
2.3 - PRODUÇÃO E COLETA DE DADOS DA PESQUISA.....	29
2.4 - SINTETIZAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA.....	30
SEÇÃO 3 – O MOBRL NA FALA DAS PROFESSORAS DE GUAÍUBA.....	30
CATEGORIA 1 - O MOBRL EM GUAÍUBA NO CEARÁ.....	31
CATEGORIA 2 - FORMAÇÃO DE PROFESSORAS DO MOBRL.....	34
CATEGORIA 3 - SABER ENSINAR NO MOBRL.....	37
4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
5 - REFERÊNCIAS.....	44

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Brasil, se consolida como uma modalidade de ensino, acionada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394/96, em face de uma política pública nacional que insere a escolarização para jovens e adultos e idosos que, por diferentes motivos, foram afastados do sistema regular de ensino. Esta política opera na importante missão de reconstituir o direito à educação àqueles que estão na invisibilidade social, recuperando o poder do estudo, à inserção na vida acadêmica, e à transformação de vida por meio da educação.

Essa modalidade, concebe programas de alfabetização, na educação básica - ensino fundamental e médio - em fortalecimento da aprendizagem. Historicamente, essa ocorrência é marcada pela descontinuidade fragilizada, de curta duração, dos programas de alfabetização. A retratação histórica da EJA, desvela um passado repleto de tentativas de escolarização para a população adulta, muitos fracassados ou até mesmo suspensos.

No Brasil, a segunda metade do século XX foi marcada por intensas transformações, culminando nos processos de reverberação do pensamento pedagógico e de políticas públicas para a educação escolar de jovens e adultos (Haddad e Di Pierro, 2000). As fortes influências acenderam a chama para a criação de programas de educação.

Fávero e Siqueira (2016) destacam o papel mobilizador dos movimentos de cultura e educação para a constituição da educação popular de adultos. Entre os anos de 1947 e 1967, foram promovidos projetos como a implementação da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), pelo governo federal, Campanha de Educação Rural (CNER), Movimento de Cultura Popular (MCP), de Recife; Campanha “De Pé no Chão também se Aprende a Ler”, em Natal; Movimento de Educação de Base (MEB), com forte presença na área rural do Nordeste, entre outros avanços. A conjuntura de mudanças políticas, na década de 1960, abre espaço para a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL.

O MOBRAL inicia suas atividades, precisamente, no ano de 1967, instituído pela Lei 5.379, de 15 de dezembro, quando se estabelece como Fundação Mobral,

que tinha por objetivo operacionalizar programas descentralizados do Departamento Nacional de Educação (DNE) e atuar com “autonomia administrativa e financeira” (Brasil, 1967). A iniciativa de implantação desse projeto detém do governo militar, fruto do golpe político de 1964, revestido de um caráter totalitário e controlador.

A perspectiva desse planejamento dura pouco, quando o mesmo adquire uma configuração pedagógica, em atendimento aos objetivos políticos dos militares, agora se afirmando como programa para alfabetização de adultos, pretendendo livrar o país da “chaga do analfabetismo” (Paiva, 1981).

Nessa perspectiva o MOBRAL, se amplia, como programa, revestindo uma política propulsora, demarcando seu espaço geográfico, propondo se operacionalizar através de comissões municipais e coordenadorias estaduais, para precisamente, se aproximar das camadas populares.

No estado do Ceará, o MOBRAL sinaliza sua chegada a partir do governo de Virgílio Távora (1963-1966), instituído pelo lema de governo “Modernização Conservadora”. A conjuntura estratégica do programa, chega até Guaiúba, localidade interiorana do Estado do Ceará.

As confluências de integração do Mobral em Guaiúba, tomaram lugar entre as décadas de 1960 e 1970, implicadas por um processo histórico de desenvolvimento nacional e estadual apontando para uma conjugação entre o Mobral situado na região de Guaiúba e a projeção do Mobral a nível Nacional, no decorrer em que foi se perpetuando nas regiões. Desse modo, esse trabalho idealiza corresponder a este recorte temporal, visando os diversos processos históricos e políticos desde 1960, que influenciam no desenvolvimento do programa na região estudada.

Com esta finalidade, o estudo parte de uma questão norteadora: saber e analisar numa perspectiva histórica, como ocorreu o desenvolvimento do MOBRAL na cidade de Guaiúba-CE, entre as décadas de 1960 a 1970?

Este trabalho parte de uma compreensão de que descrever os desdobramentos do Mobral é essencial, porém é preciso sobrepôr que a descrição dos fatos, não elimina ou limita a possibilidade de refletir e analisar os constitutivos, como a formação de educadores alfabetizadores do programa e suas práticas de ensino. É essencial que, historiar o Mobral compreenda o exame minucioso de fragmentos, refletidos através da formação como etapa fundamental para constituir um perfil docente capacitado e hábil para a proposta de alfabetizar pessoas em condições marginalizadas.

Em função disso, a questão norteadora da pesquisa é saber como esse programa de alfabetização de adultos (Mobral) aconteceu para a população jovem e adulta da região cearense, especificamente, da cidade de Guaiúba? Sendo assim, a pesquisa tem por objetivo, analisar, numa perspectiva histórica o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) no município de Guaiúba, Ceará, entre as décadas de 1960 a 1970, considerando o percurso formativo de professoras e sua atuação docente nas práticas pedagógicas desenvolvidas no âmbito do programa.

Os objetivos específicos da pesquisa e suas respectivas perguntas que subsidiarão na resposta à questão norteadora e ao atingimento do objetivo geral, formulados, são: (1) Descrever a conjuntura da alfabetização para a Educação de Jovens e Adultos, apontando sua progressão histórica à inserção do MOBRAL; (2) Analisar o percurso formativo de professoras do programa em Guaiúba e sua “preparação”; (3) Identificar as práticas pedagógicas de ensino de professoras alfabetizadoras.

O interesse nesse estudo parte de múltiplas motivações, a primeira delas é a minha atuação no Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPq “Observatório Vozes da EJA Brasil-África”, coordenado pelo Prof. Dr. Luís Carlos Ferreira, vinculado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB. O segundo motivo parte das memórias no seio familiar, compartilhadas pelas avós paterna e materna que foram alfabetizadoras do MOBRAL, em Guaiúba, contadas e recontadas durante conversas e prosas, marcadas pela afetividade. Em terceiro estágio, por me interessar por essas memórias das docentes que no tempo em que atuaram, também foram marcadas por experiências e vivências significativas.

Uma outra motivação se torna pertinente, é que são poucos estudos no concerne ao tratamento de pesquisas sobre o Mobral nessa região, especificamente, do Ceará, motivo no qual este trabalho é o terceiro em desenvolvimento que aborda sobre o Mobral em instância municipal no estado do Ceará.

A base metodológica desta pesquisa é qualitativa, com abordagem descritivo-interpretativa, do tipo exploratória. O *lócus* do estudo é a cidade de Guaiúba, no Ceará, as fontes são professoras que atuavam em turmas do MOBRAL. A coleta de dados foi realizada por entrevistas com as docentes do programa, utilizando perguntas semi-estruturadas, instrumentalizadas por gravação em áudio do celular. A análise de dados da pesquisa foi executada pela criação de categorias

de análise, seguida de descrição e interpretação das falas das professoras que participaram do programa Mobral.

A pesquisa está embasada nos seguintes referenciais teóricos: Gomes (2012), Moraes; Santos; Chaves (2022), Gadotti (2003; 2010), Freire (1987; 2014).

Na primeira seção destacamos a delimitação do Mobral. Primeiramente, compondo a construção histórica da trajetória da educação de Jovens e Adultos até a efetivação do Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBREAL, em destaque as subseções temáticas do Mobral no cenário político cearense, e as práticas e metodologias do Mobral.

Na segunda seção abordaremos a construção metodológica desta pesquisa, em destaque as subseções de caracterização da pesquisa, instrumentalização da pesquisa, produção e coleta de dados da pesquisa e por último sintetização dos dados da pesquisa.

Por último, a seção final traz as contestações de dados deste trabalho, analisado por meio de categorias de análise distribuídas em subseções temáticas em: O Mobral em Guaiúba no Ceará, Formação de Professoras do Mobral e Saber e Ensinar no Mobral.

Esperamos, com esta pesquisa, contribuir com a ampliação de estudos para a educação de jovens e adultos historicamente fundamentada no MOBREAL, na cidade de Guaiuba/CE e para as regiões presentes que competem o estado do Ceará. Isso porque, no estado cearense poucos são os estudos voltados para este programa.

SEÇÃO 1 - A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA HISTÓRIA E A DELIMITAÇÃO DO MOBREAL NO ESTADO DO CEARÁ

As ações educativas voltadas à formação de jovens e adultos remontam uma historicidade de desafios na educação brasileira. Ao longo das diferentes fases na construção e reconstrução social política do Brasil até a implantação do Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBREAL, observam-se iniciativas diversas voltadas ao incentivo da educação de adultos.

Um dos primeiros atos desse movimento, resguarda na história, os acontecimentos demarcados, ainda, no período Império, quando outorgada a primeira constituição na Carta da Lei de 25 de Março no ano de 1824, firmando uma garantia de instrução primária e gratuita para todos os cidadãos, incluindo a

população adulta. No entanto, a norma pré estabelecida não foi concebida, constatando na própria falta de engajamento do governo, que lentamente inferiu sucesso nas propostas, não passando de uma “intenção legal” (Haddad e Di Pierro, 2000).

As políticas de educação para a população adulta foram caminhando a passos lentos, à sucessão de reparação, viria posteriormente a ser mencionada na Primeira República com a Constituição de 1891. Com ela, a União se comprometeu em conceder papel de “animador” das atividades de ensino secundário e superior, descentralizando o poder de ensino básico nas províncias. (Haddad e Di Pierro, 2000). É importante mencionar que, ainda, durante o período imperial, a responsabilização da educação primária de jovens e adultos seria delegada às Províncias, enquanto o Império fazia o mesmo para as elites que detinham exclusiva cidadania.

Com a nova constituição pela Primeira República, a União garantia a formação das elites enquanto as camadas mais vulneráveis voltavam a depender do fraco financiamento das províncias e dos interesses oligárquicos regionais. Vale dizer ainda que, com a vigente norma, a constituição estabeleceu a exclusão de analfabetos adultos da participação pelo voto, isto é, levando em consideração que a maior parte da população não era letrada.

Após anos de entrave e sem sucesso na Primeira República, sobre os investimentos e futuro da educação adulta, somente na década de 1920 iniciou-se um movimento em busca de políticas educacionais. Esse fluxo fez com que a população juntamente com os educadores buscassem melhores condições de ensino, ampliação de escolas e instituição de políticas reparadoras para a educação de adultos, a exigência era de que o estado se responsabilizasse, efetivamente, pelas ofertas de serviços.

É importante destacar que neste período o país estava passando por mudanças na sociedade relacionadas à introjeção da industrialização e aceleração da urbanização, o que impactou nas necessidades de criações de projetos educacionais para a população.

Apesar da luta constante, a efetivação de leis em busca da reparação para as políticas de educação para jovens e adultos só vigoraram a partir da década de 1940, quando, de fato, foram visibilizadas e implementadas, reconhecendo que o analfabetismo no Brasil é um verdadeiro problema nacional.

Ao revisitar os dados do censo de 1940, quando o Brasil apontava 56% da sua população analfabeta, não sabendo ler ou escrever, tendo em conta a população de 18 anos e mais, verificamos que a história recente se repete em que as regiões Norte e Nordeste que ainda lideram os maiores índices de analfabetismo, projetada à época (1940), cerca de 72% desse índice de pessoas, nas regiões citadas, sem saber reconhecer as letras, sílabas, palavras na leitura e interpretação de textos (Favero, 2016). Outras regiões como, Sul e Sudeste integravam 40%.

Esses dados movimentaram uma tomada de decisão do Estado, refletidos no sentimento de redemocratização, pós ditadura (1937-1945) aliado às interlocuções internacionais, pela Unesco.

Recém-criada, após a Segunda Guerra Mundial (1945), a Unesco denunciava as desigualdades entre países e chamava atenção sobre o desempenho da educação, particularmente, a educação de adultos, no tocante ao desenvolvimento de nações classificadas como “atrasadas”.

Ainda que, ações diretas pudessem ser operadas na década vigente de 1940, algumas execuções do período anterior foram somadas às políticas efetivas para a educação de adultos como a implementação do Plano Nacional de Educação, previsto pela Constituição de 1934. Como norma, foi estabelecido o ensino primário integral gratuito e com frequência obrigatória, além de que, o mesmo deveria ser extensivo aos adultos. Haddad e Di Pierro (2000), revelam que esse acontecimento merece destaque pois é através dele que a educação de adultos é acolhida com tratamento particular. Além disso, considera-se a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep) em 1938 e do Fundo Nacional do Ensino Primário em 1942. O fundo inclusive, teria que realizar um programa progressivo que incluísse a ampliação da educação primária e o Ensino Supletivo para adolescentes e adultos.

A partir de 1940, a educação de adultos ganha um importante espaço na política nacional com a integração de medidas de expansão social de cidadania e concretização de políticas públicas.

Tal ação do Estado pode ser entendida no quadro de expansão dos direitos sociais de cidadania, em resposta à presença de amplas massas populares que se urbanizaram e pressionavam por mais e melhores condições de vida. Os direitos sociais, presentes anteriormente nas propostas liberais, concretizavam-se agora em políticas públicas, até como estratégia de incorporação dessas massas urbanas em mecanismos de sustentação política dos governos nacionais (Haddad; Di Pierro, 2000, p. 111).

O período foi marcado pela admissão de oportunidades educacionais. A proposta integrava qualificações mínimas à força de trabalho de modo a assegurar sua contribuição efetiva aos projetos nacionais de desenvolvimento delineados pelo governo federal. Neste ensejo, mais do que voltada ao desenvolvimento das potencialidades individuais e, portanto, compreendida como ação de promoção pessoal, a educação de adultos passou a ser concebida como condição indispensável para a consolidação do Brasil enquanto nação desenvolvida.

As aplicações exercidas entre as décadas de 1940 e 1950 corroboraram na queda dos índices de analfabetismo das pessoas acima de cinco anos de idade para a taxa de 46,7% ao ano de 1960.

Oliveira e Paiva (2004) revelam a ascensão do conceito “preconceituoso” contra o analfabeto na época, em especial, as populações rurais, julgando-as incompetentes e culturalmente inferiores. A cidade que se industrializava era a cultuação de desenvolvimentismo e referência. Na época em questão, os quadros eleitorais foram fortemente ampliados, isso porque os analfabetos eram isentos do direito ao voto.

No final da década de 1950, tivemos um fator significativo com a criação da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). Esta ação sustentou uma base de infraestrutura nos estados e municípios para o atendimento à educação de jovens e adultos.

O começo dos anos de 1960 marcaram um exitoso avanço para a educação de jovens e adultos. De acordo com Oliveira e Paiva (2004) três pontos importantes se destacam na dissolução da EJA nesta década.

O primeiro, demonstra a relevância dos movimentos de cultura de educação popular que esteve acoplada a um projeto nacional hegemônico de forças nas estruturas socioeconômicas, tornando a educação de adultos a grande mobilizadora dessa mudança. A segunda questão, incorpora a intensa mobilização da sociedade civil motivada pelo compromisso político de transformação da realidade, em face de um plano educativo que se propunha ser transformador. A última vertente, reconhece a descentralização das ações educativas, isso porque, a ação educativa passa a ser direcionada a ordem de prefeituras e instituições da sociedade civil. Aliado a isso, a interrupção de utilização de materiais pedagógicos por determinação

nacional. A produção de materiais, a partir de então, seria regionalizado, através de redes regional, estadual e local.

A relevância de movimentos de cultura e educação foram basilares para a força nacional de mobilização em prol o desenvolvimentismo da educação de adultos, conjuga-se cronologicamente alguns como: MCP - Movimento de Cultura Popular (1960); Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” (1961); MEB - Movimento de Educação de Base (1961); CPC - Centro Popular de Cultura (1961); CEPLAR - Campanha de Educação Popular da Paraíba (1962); Criação do Plano Nacional de Alfabetização (1964). Esses projetos projetaram um quadro de “salto significativo”, relacionados às campanhas contra o analfabetismo para a educação de jovens e adultos Favero (2013).

Com vultoso destaque, à época, a relevância do método freiriano, revolucionando as metodologias de alfabetização implementadas por Paulo Freire. Esse sistema ganhou notoriedade em 1963 na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte, por alfabetizar trabalhadores rurais em apenas 40 horas. Essa sistematização de ensino aliava alfabetização, conscientização política e compreensão da realidade (Fávero, 2013). O efeito dessa metodologia, por sua vez, possibilitava um fator significativo na vida do educando, à projeção de percepção, à construção de integração à consciência social do seu meio.

Esse movimento educacional foi integralmente cessado em 1964, com a inserção do golpe militar que dissipou projetos de educação, cultura e interrompeu a progressão da alfabetização para adultos. Nesse período o país foi fortemente consumido a um caráter totalitário de governo, “o Estado se revestiu de ideais considerados legítimos para cercear, controlar, manipular a sociedade com base em um ideal nacionalista que escondia uma “vontade de verdade”, um controle também ideológico.” (Gomes, 2012, p. 34).

A educação foi temporariamente controlada pela United States Agency for International Development (USAID), uma agência internacional, responsabilizada por todo sistema educativo do país, articulada a elaborar materiais didáticos, reforma curricular, assessoramento às universidades e formação de professores. Nesse período, já não se visualizava mais nenhuma ação para promover a educação popular.

O governo dos militares assume um papel de descompromisso com a educação de adultos, com a interrupção política metodológica freiriana dos

movimentos de cultura e educação popular, a EJA enfrentou períodos enfraquecidos e sem progressos. Para reaver essa situação, o próprio governo militar toma a iniciativa de promover a educação de adultos, pressionados pela Unesco, requerendo iniciativas resolutivas educativas para a população, isso porque o país contava com 40% da taxa de analfabetismo na década de 1960.

Enquanto os programas de educação popular foram sendo sucateados e se esvaindo, programas de natureza conservadora foram surgindo para cobrir as brechas dos programas cessados. Em 1962, nasce o movimento Cruzada ABC - Ação Básica Cristã, que segundo Oliveira e Paiva (2004) tinha por finalidade ocupar as brechas dos movimentos de cultura popular progressistas. Criado no município de Recife por missionários, essa ação ganhou força no Nordeste, impulsionada principalmente na região da Paraíba em contraposição ao Sistema Paulo Freire, e logo se ampliou para as demais áreas onde havia mobilização maior de lideranças para sindicatos rurais. A cruzada ABC teve o papel de recolocar as cartilhas de alfabetização impostas anteriormente, e materiais como livros utilizados pelo CEAA na década anterior. Nas palavras de Oliveira e Paiva (2004, p. 18):

[...] com todo apoio da máquina político-administrativa do Estado da Paraíba, com aval da União e Aliança para o Progresso, com a fartura de material didático e usando o chamariz dos alimentos, em cinco anos de trabalho na Paraíba conseguiu alfabetizar 750 mil pessoas (Oliveira e Paiva, 2004, p. 18).

A educação de jovens e adultos servia como mecanismo de mediação com a sociedade, por isso, não poderia de forma alguma deixá-la sem amparo. Apesar das ações impostas pela cruzada ABC, a condução do movimento ao longo dos anos foi constituindo uma série de críticas, o que levou a sua extinção entre os anos de 1970 e 1971. Segundo Haddad e Di Pierro (2000) havia uma problemática a nível nacional e internacional de conceber os baixos índices de escolaridade da população brasileira, o que fez os militares fixarem uma proposta que atendesse a essas necessidades legítimas aliadas aos interesses socioeconômicos hegemônicos executados pelo regime militar.

Com a possibilidade de manter um canal de relação com as pessoas através da educação, e implementar medidas aos interesses externos, o governo Militar

implantou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), instituído pela Lei 5.379, de 15 de dezembro de 1967, como Fundação MOBRAL. Posteriormente, em 1969, a fundação tornou-se programa e “se converteu no maior movimento de alfabetização de adultos já realizado no país, com penetração em praticamente todos os municípios” Oliveira e Paiva (2004, p. 13).

O MOBRAL tinha como objetivo a erradicação do analfabetismo no período de dez anos, com este fim, o programa se converteu na elaboração e execução de projetos, como Programas de Alfabetização Funcional (PAF), Educação Integrada (PEI) e Educação Cultural (PEC).

O programa MOBRAL foi contemplado pela presidência do economista Mário Henrique Simonsen. Com ele, procurou-se “vender” a ideia do programa juntamente com a sociedade civil. Aliado ao ministro da educação, o coronel Jarbas Passarinho, o MOBRAL virou propaganda para livrar o país da “chaga do analfabetismo”, potencializando uma ação ideológica para assegurar estabilidade, dando passe livre para que empresas pudessem contar com uma força de trabalho alfabetizada. Paiva (1982).

A implantação do MOBRAL esteve à serviço de três características fundamentais. A primeira, referente a correlação entre outros programas de educação. Seus recursos financeiros não eram decorrentes de verbas orçamentárias. A segunda, referia-se em relação a sua operacionalização que agora era descentralizada, e funcionava através de Comissões Municipais por quase todos os municípios brasileiros. A terceira característica focalizava na Gerência Pedagógica do MOBRAL, responsabilizada por organização e execução do processo educativo.

Sob a tutela do presidente Mário Henrique Simonsen, o MOBRAL trabalhou com dois programas voltados diretamente para a alfabetização. O primeiro, Programa de Alfabetização Funcional (PAF), em 1970, visava desenvolver leitura e escrita. O segundo, Programa de Educação Integrada (PEI), em 1971, tinha o papel de complementar as aprendizagens pós fim do curso anterior, seguindo ainda na alfabetização.

De acordo com Gomes (2012) o MOBRAL foi decomposto em três instâncias administrativas, a nacional, estadual e municipal, regidos pelo MOBRAL centralizado. A coordenação do programa (MOBRAL central), situada no Rio de

Janeiro, era responsável pela produção de material didático, supervisão e orientação de atividades desenvolvidas.

Para situar as delegações, foram criadas as repartições estaduais (COEST), um tipo de coordenação estadual e as chamadas comissões municipais, (COMUM). As COMUMs, eram gerenciadas por líderes locais, as chefias do MOBRAL estadual e central eram frutos de indicações políticas.

Em 1970 a promessa do MOBRAL seria definitivamente, promover o rompimento da conhecida “vergonha nacional” dita pelo presidente militar Emílio Garrastazu Médici, e acabar de vez com as taxas de analfabetismo no país em um período de dez anos. É nessa época que o programa inicia suas ações massivas, se aproximando, definitivamente, das cidades.

A ampliação política para a educação de jovens e adultos se desenvolve quando o MOBRAL se alia ao Ensino Supletivo. A Lei nº 5.692/71 estabelecia a amplificação de escolarização para quem não havia conseguido concluir os estudos na idade própria. Morais (2012, p.36) comenta que “a ideia era atender a demanda da sociedade por mão de obra qualificada, ajustando horários e metodologia aos alunos que já estavam no mercado de trabalho ou que precisavam ingressar nele.” Essa implementação, garantiu uma proposta de aproximação junto às camadas populares, o que garantiu um aumento do alunado jovem e adulto. Segundo dados do IBGE (2000) a taxa de analfabetismo em 1970 entre as pessoas de 15 anos ou mais somavam 33,6%.

1.1 - O MOBRAL NO CENÁRIO POLÍTICO CEARENSE

A atuação do Movimento Brasileiro de Alfabetização do Ceará se delimita a partir de um cenário político favorável. Antes mesmo da implementação do programa a nível nacional, o estado era contemplado pelo então coronel Virgílio Távora, eleito em 1962 pelo Partido Social Democrata (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN). O governador Virgílio Távora, constituiu para o seu projeto de governo o lema “Modernização Conservadora”.

Para interpor a modernização conservadora no estado, o governador contava com a subsistência de corporações financeiras como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (Gomes, 2012). Esse cenário de investimentos marcou a incorporação de técnicos para

ocupar secretarias do estado a fim de atingir o plano traçado de desenvolvimento do governo no que se refere ao processo de industrialização.

A educação do estado é contemplada de uma dotação oposta ao lema de governo, isso porque, para secretariar a educação, o governador convocou os professores de esquerda, chamados “notáveis”. De acordo com Farias (2009) o grupo de professores contemplou o plano educacional do estado com atributos ligados ao solidarismo cristão, alçados a políticas inovadoras e populares, pelas pedagogias de Paulo Freire e de Jean Piaget.

Ainda assim, segundo Farias (2009) o governador fazia defesa da mão-de-obra qualificada especializada para compor a pasta de governo, mesmo levando em consideração o ideário socialista (o qual era opositor) que tinham aqueles “notáveis” professores. O objetivo de Távora era priorizar o trabalho de pessoas qualificadas mesmo que fossem politicamente contrárias ao seu lema de governo conservador.

O governo dele exerceu o papel de amplificação da rede de ensino, com contratação de professores, equiparação de escolas, aumento de salários e cursos de qualificação para o magistério. Para ele, a preocupação estava em oferecer uma educação voltada a valores patrióticos.

Outros governos fizeram parte do cenário político do estado. Em ordem de cronologia destacam-se: Virgílio Távora (1963 - 1966), Plácido Castelo (1966 - 1971), César Cals (1971-1975), Aduino Bezerra (1975-1978) e Virgílio Távora (1978-1982).

Plácido, governou o estado em um período crítico em um processo de estagnação, não contemplado a era desenvolvimentista do país. Algumas ações de governo se destacam como, edificação de escolas, construção de hospitais, presídios e o Estádio Castelão, além da criação do Banco de Desenvolvimento do Ceará (Bandece).

O Coronel César Cals entre os anos de 1971 e 1975, marca seu governo com as construções do Teatro da Emcetur, o Centro de Convenções e por último o Terminal Rodoviário de Fortaleza.

Com Aduino Bezerra, continuou-se a implantação da política governamental por Cals, voltada a interesses políticos, limitando-se ao “clientelismo” Gomes (2012). Dentre suas ações desenvolvimentistas, estão, a dinamização de setores energéticos com extensão de linhas para o interior.

A volta de Távora (1978-1982) se deu na dinamização do turismo, amplificação do sistema de abastecimento de água na capital cearense e reativação do Distrito Industrial.

Gomes (2012) relata que na década de 1970 o estado do Ceará fundava-se em uma economia rural, dependendo do manuseio de “algodão-gado” com atividades extrativistas e agricultura de subsistência. O PLAMEG (Plano de Metas do Governo de Virgílio Távora) demandava contratações industriais como instalação de distritos industriais, instalação de infraestrutura, estruturação de sistemas de incentivos fiscais, entre outros processos que envolviam projetos industriais e formação qualificada para o trabalho.

A Secretaria Estadual de Educação do Estado do Ceará, realizou no ano de 1970, a criação do Plano Estadual de Educação (PEE). O diagnóstico expressou um quantitativo crítico de 44% da população cearense na faixa de 14 anos estavam sem atendimento escolar.

Sendo assim, o Mobral foi um programa fortemente ousado em suas propostas, isso porque, ele delimitava uma vultosa estrutura para romper os altos índices de analfabetismo no país, em pelo menos três características básicas: paralelismo, descentralização e centralização.

Em relação a primeira característica, o Mobral detinha aspecto ligado ao paralelismo, no que se refere aos demais programas. Os recursos financeiros do programa não dependiam de verbas orçamentárias. A segunda característica demarcava uma descentralização sobre a organização operacional do programa, um exemplo disso são as comissões municipais - COMUM. Delas, eram delegadas algumas responsabilidades como, realização de campanhas em comunidades, recrutar alunos, professores e salas de aula. A terceira característica constituiu a centralização por uma organização de uma gerência pedagógica do Mobral Central. A esta era responsabilizado a organização e execução do processo educativo. O planejamento do Mobral, assim como a produção de material didático era comprometido a empresas privadas

Uma dessas delimitações se dá através das operacionalizações descentralizadas. Esse trabalho se restringiu à criação de comissões delegadas em três instâncias: Nacional (Mobral Central), Estadual (COEST) e Municipal (COMUN). As coordenadorias estaduais, competia o trabalho de supervisionar a área de

professores do Mobral, este era um órgão acima das conjugações municipais, porém sem convergências, pois prestava apoio a mesma.

A comissão municipal estava conjugada às segmentações de cargos de Conselho Comunitário; Presidente; Secretário Executivo; Coordenador Geral; Encarregado de Assuntos Financeiros; Encarregado de Propaganda e Divulgação. (Brasil, 1973). Essa comissão era responsável por operacionalizar o Mobral nas cidades e localidades.

Ao presidente do Mobral competia-lhe ser o executor do Mobral no âmbito municipal. Ao coordenador, operacionalizar as atividades e assessorar o presidente na formulação de atividades; aos assuntos financeiros, manter e estruturar a contabilidade do programa, gerir relatórios e balanços; a propaganda, divulgar todo e qualquer tipo de material do programa às comunidades, audiovisuais e relações públicas do Mobral.

Aliado também às compartimentações municipais estava o trabalho de fiscalização, esta função consistia no acompanhamento ao que estava sendo feito pelos educadores e verificação do cumprimento de regras.

À COMUN, era restringido um papel de destaque, à recruta de professores alfabetizadores do MOBREAL. Em Guaiúba(CE) esta recruta acontece efetivamente de duas formas: prefeitura municipal e influência paroquial.

1.2 - AS PRÁTICAS E METODOLOGIAS DO MOBREAL

Reveladas as defasagens que a educação brasileira estava passando em função de suprir a lacuna do analfabetismo, o Mobral como programa se lança como proposta condizente em desenvolver ações que oportunizassem a escolarização de jovens e adultos.

Em 1967, é direcionado ao Congresso o Plano sobre Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adultos sob a prerrogativa de medidas e atividades para a reparação da escolarização de jovens e adultos. Dentre os principais planejamentos para o Plano, constam-se:

- a) assistência financeira e técnica para pro mover a obrigatoriedade escolar na faixa etária de 7 a 14 anos;
- b) extensão da escolaridade até a 6.a série;
- c) assistência educativa imediata aos analfabetos que se situam na faixa etária de 10 a 14 anos;
- d) promoção da educação dos analfabetos de

qualquer idade ou condição, alcançáveis pelos recursos audiovisuais em programas que assegurem a avaliação dos resultados; e) cooperação dos movimentos isolados de iniciativa privada, desde que comprovada sua eficiência; f) alfabetização funcional e educação de adultos para os analfabetos de 15 ou mais anos, por meio de cursos especiais, básicos ou diretos, dotados de todos os recursos possíveis, inclusive audiovisuais, com duração de 9 meses; g) assistência alimentar e recreação qualificada, como fatores de fixação de adultos nos cursos, além de seus efeitos educativos; h) prioridades em relação aos cursos diretos previstos no item f: — condições socioeconômicas dos Municípios; — faixas etárias que congreguem idades vitais ao pleno uso das técnicas e práticas adotadas; i) integração, em todas as promoções de alfabetização e educação de adultos, de práticas educativas e profissionais, em atendimento aos problemas fundamentais da saúde, do trabalho, do lar, da religião, do civismo e da recreação; j) promoção progressiva de cursos de continuação (diretos, radiofônicos ou televisivos), visando a estender a alfabetização funcional; l) instalação de centros de integração social e cívica, para sociabilidade dos adultos e fixação de hábitos e técnicas adquiridos; m) descentralização da ação sistemática, com execução pelos Estados, Territórios, Distrito Federal, Municípios e entidades privadas, mediante convênio. (Brasil, 1973, p. 09-10)

O Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBREAL, antes apenas Fundação, efetiva seu percurso como programa, a partir de 1969, porém, não integralmente. Há registros de localidades que iniciaram apenas no começo da década de 1970. Como exemplo, o estado Ceará estabeleceu vínculo com 26 municípios, dentre estes havia Fortaleza (CE), com 200 núcleos cadastrados e cinco mil alunos matriculados. (Gomes, 2021). Outro exemplo, é a cidade de São João do Jaguaribe (CE), que ocorreu em 1971 (Almeida, 2017). Em Guaiúba (CE), espaço onde a pesquisa é empreendida, o Mobreal inicializa sua ocupação no começo dos anos de 1970.

Conforme Silva (2013, p.61 *apud* Almeida, 2017, p.50), a proposta metodológica do Mobreal, estava voltada para a inserção de um alguém que contribuísse com a lógica desenvolvimentista e econômica do país, uma vez que, estes mesmos, estariam aptos para assumir cargos e postos de trabalhos em indústrias:

[...] a finalidade da alfabetização oferecida pelo MOBREAL estava completamente voltada para o desenvolvimento, uma vez que, naquele

momento histórico, era necessário que o Mobralense: aceitasse o desenvolvimento tal qual estava colocado pela política econômica. Sem questionamentos; se motivasse a ingressar neste desenvolvimento, por meio da alfabetização, desenvolvendo habilidades que facilitassem o seu ingresso no desenvolvimento de forma funcional e acelerada. Onde a ênfase era na informação e, por fim, fazer com que todos transformassem a realidade no sentido colocado como adequado pela linha de desenvolvimento de 1970 a 1985. (Silva, 2013, p.61 *apud* Almeida, 2017, p.50)

Analisando as práticas impostas, percebe-se que as ações tinham um propósito de atuarem como utilitaristas, isso porque o educando estaria à vista de uma proposta de governo entregue aos interesses econômicos, porém de forma funcional e acelerada, atribuídas a jogos de interesse, sem a possibilidade deste constituir uma razão do saber porquê e para que.

A proposta desenvolvimentista dos militares visava um ensino onde os educandos do MOBREAL, não dominassem somente a leitura ou escrita, mas sim aprendessem a contar e descobrir a função do homem em sociedade. A Lei 5.692/71 - reforma da educação de 1º e 2º grau - punha no sistema educacional o sentido de ensino a formação mercadológica, apesar do grau de inserção de 1º e 2º essas propostas estavam tuteladas para a alfabetização de jovens e adultos.

Evidenciava-se, portanto, que as ações do programa estavam voltadas à formação e qualificação para o mercado de trabalho. Uma das ações de efeito, em confirmação ao imposto, foi a criação de turmas de educação profissionalizante, com parceria com o público-privado, em virtude de capacitar trabalhadores para a indústria.

O Mobral como programa, institui também subprogramas: Alfabetização Funcional, Educação Integrada, Programa Cultural, Programa de Ação e Desenvolvimento Comunitário e Programa de Profissionalização.

O Programa de Alfabetização Funcional - PAF, tinha por objetivo, habilitar os alunos a desenvolverem leitura, escrita e contagem; além de trabalhar a ampliação do vocabulário e desenvoltura do raciocínio; técnicas em relação ao trabalho como, hábitos, resolução de problemas; contribuir com a proposta de que seus discentes aprendessem participação comunitária, direitos e deveres; cuidado com a saúde; conscientização de responsabilidade sobre os serviços públicos e da comunidade. (Corrêa, 1979, p.152 *apud* Gomes, 2012, p.42)

O projeto do PAF (1970), teria duração de cinco ou até seis meses, era proposto para os analfabetos absolutos, ou aqueles que iniciaram o processo de alfabetização, mas necessitaram interrompê-lo. O programa conseguiu assegurar as metas iniciais do MOBREAL, em face da proposta de erradicação do analfabetismo, vislumbrando também, as iniciativas da lógica de formação para o trabalho.

Os projetistas do MOBREAL, conformaram um alinhamento entre educação e economia, educando pela lógica de lucro, do capital, do ganho, da mão de obra barata e “qualificada”, considerando que os mesmos seriam alfabetizados, à vista de empregos nas indústrias, legitimando uma alfabetização aligeirada e distorcida.

Atribuído o termo de educação funcional para o MOBREAL, essa consolidação era permissiva pois, possibilitaria aos indivíduos uma visão mais expansiva, visto que, eles viveriam o processo de mudança, crescimento e industrialização, o qual o país apresentava-lhes.

O Mobral, em suas atribuições, cedeu à metodologia freiriana sob o uso de palavras geradoras. Fato este, apontado pelas alfabetizadoras de Guaiúba, o uso de palavras como “telha”, “enxada”, “tijolo”, impostas na cartilha das professoras. A contraposição, é que, referente a Freire, o uso de palavras geradoras atribuía aos educandos, sentidos e conscientização, entre diálogos e aprendizagem. Diferentemente do Mobral, que se aproveitou do método para impor aos seus a refuncionalização da prática, se apoderando da perspectiva conscientizadora para interpor sobre o processo educativo a conscientização cívica.

O Programa de Educação Integrada (PEI), tinha duração de doze meses, subdividido em duas etapas de seis meses, ele recebia o alunado recém saído do PAF, acrescido à sua trajetória escolar os conteúdos referentes às quatro primeiras séries, oportunizando o ingresso dos alunos a 5° série do ensino regular.

O Programa MOBREAL Cultural, 1973, tinha por meta garantir atividades da cultura ao alunado do Mobral e comunidade geral, a proposta visava atenuar o analfabetismo, diminuir o índice de evasão da alfabetização funcional, reduzir as reprovações e incentivar o espírito comunitário. A ação da educação cultural era expressamente pedagógica. Segundo Coelho (2007), estas ações de manifestação cultural, não se aproximavam, de qualquer forma, de expressividade crítica.

O Programa de Profissionalização, 1973, atuou criando relação com setor privado, sob a metodologia de Treinamento por Famílias Ocupacionais. A sua denominação abarcava: atendimento em larga escala, compondo uma metodologia

permissiva de atendimento e adaptabilidade em todo o país; nível de semiquificação, onde as entidades de bases deveriam formar homens treináveis as empresas e especialização; conteúdos agradáveis e múltiplos, o aluno de família ocupacional deveria acompanhar mudanças e transformações dos setores de mercado de trabalho;

Também, o Programa Diversificado de Ação Comunitária dividido em subprogramas acoplados nas áreas de educação, nutrição, habitação, atividades de produção, saúde, saneamento, esportes, conservação da natureza dentre outros.

A condução reparadora do Mobral, foi alvo de pesadas críticas pela perícia da UNESCO e até da própria direção do MOBREAL. Indagavam sobre a implementação das práticas aligeiradas. Enquanto isso, em 1976, uma CPI foi levantada, concluindo que o programa exercia atividades inconstitucionais.

Como último feito o Mobral desenvolveu uma ação com as Comunidades Eclesiais de Base (CEB), ampliando a alfabetização de adultos à escolarização e aspectos da vida. Porém as tentativas foram insuficientes pois a população estava insatisfeita, recompondo um clima de entusiasmo, aspiradas por um movimento de redemocratização no país, colocando fim ao MOBREAL, em 1985, que foi substituído pela Fundação Educar.

SEÇÃO 2 - PERCURSO METODOLÓGICO

Esta seção tem por objetivo, apresentar o percurso metodológico da pesquisa destacando a abordagem utilizada, procedimentos referentes à produção e análise dos dados e demais mecanismos de sinterização da produção do estudo realizado.

Com isso, este percurso está subdividido em três subseções, distribuídas da seguinte forma: (1) caracterização da pesquisa, (2) produção dos dados da pesquisa, (3) procedimento de análise dos dados. Por último, apresentamos as categorias de análise que concederam sustentação para a interpretação dos dados da pesquisa, explicitadas no capítulo seguinte.

2.1 - CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Este estudo se caracteriza pela pesquisa qualitativa do tipo exploratória com abordagem descritivo-interpretativo na produção dos dados, procurando descrever o

fenômeno e atribuir-lhe uma interpretação aprofundada, esse procedimento concede “um grau de significação mais ampla aos conteúdos analisados” Minayo (2007, p.90).

Para Minayo (2007), o procedimento de pesquisa qualitativa objetiva compreender as relações e representações a partir de um conjunto de fenômenos gerados socialmente, atraídos em responder ao objetivo do estudo que se propõe à, analisar, numa perspectiva histórica o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) no município de Guaiúba, Ceará, entre as décadas de 1960 a 1970, considerando o percurso formativo de professoras e sua atuação docente nas práticas pedagógicas desenvolvidas no âmbito do programa.

Para descrever a história do programa, essa pesquisa fez um levantamento das principais obras que colidem com a estruturação do Mobral nas escalas nacional, estadual e regional. O interesse é partir do princípio, demonstrando que o programa é um projeto para reparar o analfabetismo da população jovem e adulta do país, resguardando a luta e a reparação das políticas para a Educação de Jovens e Adultos.

Em contribuição para este estudo, adotamos a perspectiva descritiva que nas palavras de Best (1972, p.12-13) apud Marconi (2002) “delineia o que é” destacada por aspectos como, descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos. Para Heyman (1967, p.107-108) apud Marconi (2002) o tipo de pesquisa descritiva indica a “simples descrição de um fenômeno”. Entendemos nesta pesquisa a importância da descrição para alinhar um sentido de explicação sobre o fenômeno estudado, evidenciando suas principais características e eixos de afirmação elucidativa.

A abordagem interpretativa da pesquisa, conforme Geertz (2001, p.141 *apud* minayo, 2007) indica uma “ação social provida de sentido”. Para a pesquisa, o conceito de sentido é essencial, dado que, pretendemos entender o como e o porquê determinadas ações eram providas pelo objeto de estudo. Ao mesmo tempo, em Minayo (2007) o método de interpretação dos sentidos se revela através de explicações abrangentes numa determinada cultura acerca do tema, no ensejo, é fundamental a importância de estabelecer confrontos entre falas e ações. Diante disso, esclarecemos que, para o estudo, é essencial, visto que, a condução dessa investigação se constrói através das agentes, condutoras do programa.

Sob esse viés, optamos pela pesquisa exploratória que é um tipo de método que permite se ambientar e familiarizar com o fenômeno da pesquisa Marconi

(2002). Temos a noção de que o programa é uma política de reparação para sanar o analfabetismo entres as décadas de 1960 a 1980, no século anterior, porém, é através das fontes condutoras, professoras alfabetizadoras do Mobral que procuramos construir esta pesquisa.

O estudo exploratório-descritivo combina uma organização precisa em “descrever completamente determinado fenômeno” (Marconi, 2002, p. 85). A mecânica dessa natureza colide com descrições qualitativas e quantitativas, o que para este estudo somente dados qualitativos importam. A pesquisa exploratória conduz procedimentos sistemáticos de observações empíricas para análise dos dados. Entendemos que é na fala das professoras que esta pesquisa se fez ornamentada, relacionando memória e discurso numa perspectiva histórica do Mobral, na cidade de Guaiúba.

2.2 - INSTRUMENTALIZAÇÃO DA PESQUISA

O lócus desse estudo é a região de Guaiúba (CE) que subsidiou o programa na década de 1970. Relembramos que, na época vigente, a cidade ainda não possuía viés de municipalização, situada apenas como localidade da cidade de Pacatuba (CE).

Guaiúba fica no estado do Ceará e é um município do interior metropolitano de Fortaleza do Estado do Ceará. Na época de vigência do Mobral, sua condição política era pertencente ao município de Pacatuba, e Guaiúba integrava a categoria de vila desde 1873.

Em março de 1955, a região foi contemplada pela criação de um templo paroquial - Paróquia de Guaiúba - a ação permitiu uma desenvoltura na local, isso porque, ainda, a localidade dependia de Pacatuba - município sede - fielmente, nos planos eclesiásticos e políticos. Desta vez, a ação paroquial angaria uma fase educativa local quando concede a educação comunitária que culminou na criação da Fundação do Centro Educacional Manuel Baltazar, um patronato na divina providência e escola normal rural de Guaiúba, na data de 11 de outubro de 1959.

A autonomia política somente vigora em março de 1987, elevando a condição de município emancipado, pela Lei nº 11.301 assinada pelo governador Gonzaga Motta.

Nesse sentido, a inserção do MOBRAL em Guaiúba ocorreu a partir da formalização da ação da comissão municipal de Pacatuba quando passou a recrutar jovens-meninas para lecionarem no novo programa de alfabetização.

As fontes dessa pesquisa são as professoras-alfabetizadoras do MOBRAL, atuantes em Guaiúba, na década de 1970. Este estudo integra a participação de cinco educadoras: Antônia, Francisca, Glória, Jardilina e Luiza. Hoje, são mulheres aposentadas, marcadas pelo registro histórico na educação como professoras da alfabetização de jovens e adultos da cidade, pelo programa MOBRAL.

Como técnica de pesquisa, utilizamos entrevistas semi-estruturadas com perguntas abertas, instrumentalizadas por um gravador, para registro. Estas falas, posteriormente, foram transcritas para subsidiar o processo de análise. Consideramos adotar a entrevista como técnica desta pesquisa por se tratar de uma via que permitiu contato direto com as agentes produtoras do mobral. Esse meio detém vantagens por se tratar de “um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social” (Marconi, 2002, p.92).

2.3 - PRODUÇÃO E COLETA DE DADOS DA PESQUISA

Considerando o fator de idade dessas professoras, foi possível obter contribuições valiosas para a execução da pesquisa. Essas educadoras, proporcionaram a (re)contação de um acontecimento marcado pela história da educação na região, possibilitando o conhecimento da realidade educativa do programa e suas implementações de execução política-educativa.

Ademais, esse estudo também contou com o fornecimento de um acervo fotográfico da época em que lecionaram, fornecido por uma das professoras do programa que, gentilmente foi cedido, o que enriqueceu a análise.

Com isso, foi realizada busca ativa às antigas professoras da região de Guaiúba (CE), primeiramente, consultando quem já havia exercido o magistério no passado para que fosse possível chegar até as alfabetizadoras do Mobral. O contato até as professoras ocorreu genuinamente, sem empecilhos, isso porque Guaiúba (CE) é uma pequena cidade do interior onde moram poucos habitantes, o que facilitou o percurso às residências delas, porta a porta.

As professoras foram procuradas para responder à questão central da pesquisa: “*Como o MOBRAL aconteceu na cidade de Guaiúba?*”. Na sequência, foram propostas outras três perguntas: (1) Como foi a sua chegada como professora do MOBRAL? (2) Como era ensinar no MOBRAL? (3) Como era Guaiúba na época do MOBRAL?

2.4 - SINTETIZAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA

Referente a análise dos dados, sintetizamos a pesquisa exploratória que “são investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema” (Marconi, 2002, p.85). Essa metodologia permite uma variabilidade de coleta de dados, como por exemplo, entrevista, o qual esta pesquisa optou. O intuito desta norma é estabelecer um contato direto com as agentes do objeto de estudo, mobral, para levantar questões sobre o levantamento dos nossos objetivos.

Além disso, reiteramos o uso da abordagem descritivo-interpretativa, para fazer uso das descrições e interpretações acerca do Mobral, no que se refere ao seu desenvolvimento na cidade de Guaiúba, exprimindo os percursos de formação de professoras e práticas pedagógicas de ensino do programa.

O método descritivo corrobora na descrição das características do fenômeno, como aponta Gil (2008). As falas permitiram o alinhamento para enquadrar os resultados dessa pesquisa, sustentadas pela fundamental interpretação minuciosa que favoreceu a perspectiva projetiva da análise e sintetização dos dados.

Nesse panorama, o processo interpretativo requereu a construção de categorias: (1) O Mobral em Guaiúba no Ceará; (2) Formação de Professoras do Mobral; (3) Saber e Ensinar no Mobral.

A análise interpretativa fundamentou-se em teóricos como: Gomes (2012); Moraes; Santos; Chaves (2022); Gadotti (2003, 2010); Freire (1987, 2014).

SEÇÃO 3 – O MOBRAL NA FALA DAS PROFESSORAS DE GUAUIUBA

Esta seção é direcionada à formalização das categorias de análise retratadas a partir das entrevistas executadas na pesquisa. As categorias que compõem os contextos levantados nos objetivos deste trabalho, buscaram saber como o Mobral

se desenvolveu em Guaiúba, os percursos de formação das professoras, atuação docente e as práticas pedagógicas de ensino desenvolvidas no programa.

Cada categoria revelou o significado das execuções do Mobral em Guaiúba a partir da fonte principal desta pesquisa: as professoras alfabetizadoras. Assim, apresentamos a sintetização do que precisa ser compreendido à luz do embasamento teórico.

CATEGORIA 1 - O MOBREAL EM GUAÍÚBA NO CEARÁ

A primeira entrevistada foi a professora Glória¹, que relatou ter atuado no MOBREAL entre os anos de 1975 e 1976, sendo este seu primeiro exercício como professora. A mesma contou que sempre almejou à docência pois gostava muito de ajudar as pessoas, exercer tarefas de ensino e, por tanta disposição e interesse, abraçou a oportunidade de lecionar. Ela conta que a passagem pelo MOBREAL marcou a sua vida, pois foi o estágio inicial na arte de ensinar, e por isso relembra o passado com muita gratidão e vivacidade.

“Eu fui convidada para lecionar no MOBREAL. Nessa época eu era jovem, eu tinha 16 anos [...] como eu era a moça mais assim, que tinha mais um estudo melhor na época, onde eu morava, então eu fui, [...] o rapaz me chamou, perguntou, olha, tem um programa chamado MOBREAL, você não gostaria não de você lecionar? Aí como eu, toda a vida desde criança, que eu gosto muito, [...] meu negócio era ser professora. [...] Assim, pra você ser alfabetizador, eu disse como é? Assim, é um programa para ensinar adultos, [...] da sua localidade, aonde você mora, eu disse, tá certo, então como seria? Ele disse assim, então você vai listar, fazer a lista das pessoas adultas e depois você vai me entregar em Pacatuba. [...] Porque não era nem aqui, era em Pacatuba, para você lecionar... tá certo, como seria isso assim? À noite, com as pessoas adultas, aí eu comecei a pensar, meu Deus, será que vai dar certo. Porque são pessoas que trabalham, são rurais, né, que moram na localidade, era rural lá.” (Glória)

Com base em sua fala, pode se notar que o programa surgiu do convite de recrutamento, convocando a alfabetizadora. Glória contou que, na época, era uma moça muito jovem quando a oportunidade surgiu em seu caminho. Aliada ao desejo de professorar agarrou o convite, junto ao desejo e preocupação de saber como iria fazer para desenvolver aquele desafio. Foi possível perceber que o MOBREAL utilizou-se de um recrutamento abrupto e voluntariado para montar sua comissão de educadores.

¹ Nome fictício.

Quando perguntada, por qual motivo ela foi chamada para atuar como educadora, ela fez uma consideração *“eles iam pedir voto lá nessa comunidade, aí me viram lá, aí viu que eu era uma pessoa assim”*, disse que era umas das pessoas mais influentes da sua localidade, morava no pequeno povoado chamado *Dois Rios* e quando chegavam autoridades, era a pessoa que tomava a frente para dialogar entre os presentes. Tal consideração chamou atenção pois, não se tinha preocupação com a formação docente ou nível de escolaridade, apenas com o modesto domínio de atuação e desenvoltura para ser recrutada.

Atrelado a isso, havia o desejo pelo voto, o qual seria a manobra perfeita para que representantes políticos pudessem manifestar seu anseio de “fazer pelo povo”, mostrar crédito, entre “ter e oferecer” oportunidade de “dar em troca” através da educação para a comunidade.

Além disso, a professora desvela a atuação da COMUM (Comissão Municipal do MOBREAL) cujo regimento exigia que, quando fosse a Pacatuba, deveria se apresentar ao presidente da Comissão e deixá-lo ciente da lista do alunado da comunidade que prestaria o exame do MOBREAL.

A segunda entrevistada foi a professora Jardilina², que revelou a experiência do MOBREAL como o segundo trabalho executado na sua trajetória na docência e o primeiro contato com o ensino de adultos. A época de sua atuação datava da década de 1970, na pequena localidade de Mata Fresca, área rural de Guaiúba, a professora era uma jovem estudiosa e destacava-se entre os seus irmãos e família, por saber ler e escrever. Ela percorreu sua fala focalizando na chegada até o programa, perpassando pela contação detalhada de situações diárias de ensino no programa, o prestígio docente, principais desafios e o grande impacto de ter passado pelo programa.

Na entrevista, Jardilina conta que já atuava como professora alfabetizadora quando chegou ao MOBREAL. Antes, trabalhava com crianças e adolescentes na localidade de Pedra D’água, posteriormente recebeu da Secretaria de Educação de Pacatuba o chamado para lecionar com adultos. Ela deveria cobrir a falta de professoras e montar uma turma no pequeno povoado de Mata Fresca, onde já havia duas turmas.

² Nome fictício.

“Eu fui convidada pela Secretária. Nesse tempo eu era nova, bonita. Se as pessoas quisessem me perguntar, ou se a pessoa queria estudar, aprender a fazer o nome... A gente procurava, eu já ensinava. Eu ficava perguntando, mandava recado para os menininhos. Ai a gente, juntava aquelas pessoas, e as pessoas iam”. (Jardilina)

Desta vez, o convite surgiu a partir do contato direto com a secretária de educação da cidade, sediada em Pacatuba. O objetivo era montar uma turma, procurar pessoas, mesmo aquelas que só queriam aprender a fazer o nome ou as que queriam o estudo para além deste artifício, era preciso estar.

As demais entrevistadas (Antônia³ e Francisca⁴ - estarão descritas abaixo) relataram o recrutamento a convite do pároco da localidade que detinha autonomia sobre a política local. Achados da pesquisa revelaram que o propósito era buscar recursos para Guaiúba, pois a localidade precisava de uma economia local e ocupação para o povo.

Por conseguinte, outra professora, Luiza⁵, informou que ela e duas outras professoras eram responsáveis pela criação de turmas na localidade de *Mata Fresca*. Ela revelou que ser professora do Mobral foi muito importante, isso porque através dele conseguiu se efetivar e se desenvolver na profissão. Era uma jovem dedicada aos estudos e abraçou a oportunidade de lecionar no programa. Na entrevista, intensificou seu papel de educadora no Mobral, o qual era benquista, prestigiada e respeitada pelos alunos.

Em sequência, Antônia, destacava-se pela sua altivez e pela contribuição exitosa com a paróquia local, o que permitiu a sua chegada no Mobral. Ela apontou que o Mobral corroborou no despertar de seus alunos, enfatizando que todos aprendiam.

Por último, Francisca, desvelou que seu percurso até o Mobral foi marcado por desafios, isso porque sua trajetória nos estudos já havia iniciado “tardamente”, sentia-se fora da linhagem de idade certa para continuar nos estudos. Passou por reprovação escolar, mas nunca perdia a esperança. O sonho que despertava seu engajamento, era o de lecionar. Seu empenho, foi formosamente bem-sucedido que lhe permitiu a sua chegada ao Mobral.

Diante das perspectivas narrativas das professoras, nota-se que um elo profundo une-as: a oportunidade aliada ao sonho de ensinar, marcadas pelo desejo

³ Nome fictício.

⁴ Nome fictício.

⁵ Nome fictício.

de transformação. Em cada história o MOBRAL surge como uma abertura, não apenas como espaço de trabalho, mas como ação para mobilizar um projeto social e coletivo. Há uma ascensão avistada, por tamanha responsabilidade, seja pelo impulso de ajuda às pessoas ou por ser umas das poucas ou únicas letradas da família. Estas mulheres encontram no ensino a materialização de um sonho que se movia.

Outra contestação nas histórias se destaca por similaridades em relação à política local, como visto, as alfabetizadoras são atravessadas por influentes, lideranças políticas que acatam com ordem e poder, facilitando a rotatividade de políticas e ações que poderiam ser implementadas, fato se dá na efetivação de oportunidade de profissionalização.

CATEGORIA 2 - FORMAÇÃO DE PROFESSORAS DO MOBRAL

Com base no pensamento freiriano, a formação de um profissional da educação para atuação docente é um processo contínuo, e dele se exige o compromisso para propor a transformação do sujeito. Para Gadotti (2003) a formação deve ser concebida como ato de reflexão, ação, descoberta, fundamentação e construção teórica. Assim, a formação de um professor, por sua vez, não pode ser atrelada à aprendizagem de novas técnicas ou receitas pedagógicas. No caso do MOBRAL, as educadoras destacaram que passaram por um processo de preparação aligeirada para que pudessem iniciar no programa.

Na época eu passei uma semana, agora porque é diferente, nós chamávamos de treinamento, treinamento, eles não chamavam assim como agora você sabe [...] não era só eu [...] tinha mais outra comunidade chamada Barras, tinha outra pessoa, e tinha outra menina, eu sei que eram três, cada uma de suas localidades, então nós não tinha acesso, né, a Guaiúba, era rio né, então. Através deles ele disse que tinha, pra antes de nós começarmos, tinha que fazer esse treinamento. [...] era só mostrando, dizendo, como a gente ia trabalhar, não tinha lousa, na época você vê como era difícil, tinha o material. Eles mostravam pra gente lá dizendo, ó, vocês vão começando da primeira leitura, vocês têm que ensinar eles quando chegar aqui (Glória).

O relato, mostrou o formato de regimento de formação da época, a começar, pela expressão “treinamento”. O desvelamento da nomenclatura, constrói no imaginário um tipo de preparação adestrada demonstrando que professorar, lecionar

e ensinar pode ser uma atuação repassada e de fácil execução, algo que se aproxima de uma educação tradicional, tecnicista e própria de uma reprodução teórica e metodológica.

Outra denominação a se fazer refletida, no que se refere ao tempo projetado para o treinamento de, apenas 10 (dez) dias para a interposição formal. O reflexo dessa realidade, apontou para uma ampla discussão sobre o aligeiramento da formação, se solidificando em uma situação precarizada e esvaziada. Coleti (2014) reitera a escassez que era a preparação do educador do Mobral, visando as condições de carência em que os mesmos eram recrutados de forma apressada na contratação, descompromissada de uma política formativa alçada na construção de um perfil docente diferenciado.

Moraes, Santos e Chaves (2012), relatam que a atuação do MOBREAL foi intensamente verticalizada. Existiam diretrizes programadas, para sua total efetividade.

c) participar dos treinamentos realizados pelo MOBREAL, com vistas a sua permanente atualização e correta aplicação da metodologia dos programas; d) organizar e ministrar treinamento dos elementos envolvidos nas atividades ações em época previamente fixada, sempre que transferidas essas atribuições pelo MOBREAL e de acordo com as diretrizes por ele determinadas; e) distribuir, controlar e zelar pela conservação do material fornecido pelo MOBREAL, informando, sempre que solicitado pela Coordenação do MOBREAL, a quantidade existente, e restituir o saldo que houver ao final do desenvolvimento das atividades/ações (Moraes; Santos; Chaves, 2012, p. 43).

A inferência metodológica do material, presumia um seguimento. Isso porque, era preciso zelar pela abordagem de conteúdo do material didático disponibilizado, desconsiderando a autonomia docente de utilizar outros artifícios metodológicos.

O treinamento do MOBREAL fazia parte de alinhamento formativo e obrigatório. Gadotti (2003, p. 22) sintetiza que, “mais do que uma formação técnica, a função do professor necessita de uma política para exercer com competência a sua profissão”. Esse tipo de situação, levando em consideração o tempo de formação de treinamento do MOBREAL, abria brechas para a constituição de professores executores técnicos, isso porque a técnica de ensino estava sendo repassada como mera receita pedagógica, sem aprofundamento teórico ou fundamentação crítica-reflexiva, consolidando a prática formativa do educador do Mobral meramente aligeirada e apressada.

Sobre a mesma questão, Jardimilina nos disse:

“Juntaram várias moças pra ir fazer o treinamento na Pacatuba. A gente ficava por lá, uns 10 dias [...]. Vinha gente de todo canto, e era um pessoal chique que dava aula pra nós, tudo no salto [...]”. (Jardilina)

Em Guaiúba, as formações das educadoras aconteceram em duas instâncias, parte delas na Sede em Pacatuba (CE) e a outra em Caucaia (CE).

“Por sinal, quem nos levou para esse curso, lá na Caucaia, foi o Padre Edimilson. Passamos uma semana lá, ele nos levou na segunda-feira e só foi buscar na sexta-feira à noite”. (Antônia)

Esta consideração revela também que, o Mobral também foi uma extensão da ação paroquial da localidade, isto porque, Guaiúba, resguardava uma certa autonomia, desde a criação da igreja matriz, quando também recebeu o seu primeiro padre Geraldo.

No Ceará professores como Lauro de Oliveira Lima (representante do MEC no Ceará) e Luiza de Teodoro, ambos integrantes do grupo de professores “notáveis” (Governo Távora) faziam parte da delegação de Missões Pedagógicas, que reuniam educadores de várias especialidades, viajando pelo interior do estado para promover formações de professores, cursos intensivos e universitários.

“Eram pessoas formadas que foram ensinar. Falavam na diferença que era ensinar para crianças e para adultos, até na maneira de falar, conduzir.” (Francisca)

A educadora revelou que o objetivo da formação, em sua real comprovação, era saber diferenciar o ensino entre crianças e adultos. Fato que durante a década de 1960, segundo Haddad e Di Pierro (2000) consideravelmente, ocorreu com os educadores de adultos entre os programas ofertados.

É válido ressaltar que não houve sequer uma consolidação de critério para o recrutamento de professoras. De acordo com os apurados nas entrevistas, o presidente do Mobral convocava quem fosse astuta, inteligente ou conhecida da comunidade, geralmente essa busca ocorria em pequenas localidades distantes. Caso o pedido da recruta fosse positivo, a educadora estaria apta para montar a turma e posteriormente iniciar as aulas. No Ceará, a exemplo de São do Jaguaribe, consoante Almeida e Carvalho (2015), o recrutamento de educadores do programa ficava “à margem”, não sendo critério ter formação específica para atuar como educador.

As educadoras recrutadas pelo Mobral em Guaiúba tinham pelo menos a 5ª série (ou sexto ano de escolaridade) já efetuada. Em entrevista as professoras revelam que em Guaiúba havia a Escola Reunida concedendo até a 5ª série para “formar” educadoras do Mobral. Quem concluísse, estava apta ao exame de admissão ao Ginásio, entendido como um vestibular da época. Ao conseguirem o feito, iriam estudar por mais tempo e conciliariam a uma posterior profissão.

CATEGORIA 3 - SABER ENSINAR NO MOBRAL

Na última categoria, as educadoras do MOBRAL de Guaiúba, revelaram como o processo prático de ensino era desafiado. Entre tentativas de metodologias pré-estabelecidas, o programa funcionava com poucos recursos e com uma alta demanda para jovens alfabetizadoras.

“Tinha um material, era uma cartilha, chamava-se cartilha, que eu recebia pra gente dar para a quantidade de alunos, por exemplo, na minha comunidade eu levei a lista de 20, então vinha 20 cartilhas, aí vinha o lápis dele e vinha a borracha pra eles, era pequenininha e lá tinha as leituras. [...] Na época era desse jeito mesmo, ensinar assim, b, a, bá. Agora a gente ensina assim, ba. Mas lá era assim, b, a, bá. [...] Sem ter o recurso que nós tínhamos, que eu tinha mesmo, era só isso aí, só isso, eu não tinha nada, não tinha uma lousa. [...] Era a metodologia tradicional. Era ensinando mesmo”. (Glória)

As cartilhas atuaram como recurso para métodos de ensino de alfabetização. Quando perguntado sobre o que havia nessas cartilhas, a professora respondeu que eram apenas leituras, não havia nenhum exercício. Percebe-se que as cartilhas tinham uma finalidade de induzir e fomentar a leitura sem tampouco representar algo significativo para a aprendizagem dos adultos do programa.

De acordo com o revelado, a principal fonte pedagógica do ensino da cartilha. Assim, o Mobral construiu um material sem limitantes, visto que, para seu público analfabeto, negava-se o letramento e, na prática, desconsiderou o percurso de métodos consideráveis para a progressão na leitura.

Gadotti (2010, p. 25) nos mostra que “a qualidade não se mede só pela reprodução de conteúdos mas pela criação de conhecimentos e esta se conquista pela pesquisa, pela leitura, pela reflexão”. Em outras palavras, é sobre pensar que o uso de um certo artifício reproduz um efeito de qualidade na vida do educando, fazendo-o refletir e não somente receber o conteúdo pronto.

Em análise sobre o recurso de uso das cartilhas, percebemos que o intuito não era de construir um material que conduziria os alunos à leitura, pois deveria considerar os eixos expansivos do processo de leitura, as camadas construtoras fonéticas e signos alfabéticos, entre outros. Notamos que, o uso das cartilhas, era persuasivamente utilitários à vista do seu objetivo principal.

Na educação promovida pelo Mobral, percebemos que a cartilha reproduziu grande impacto na vida dos educandos, ditando o que estaria postulado em currículo para ser ensinado, porém nada além dele. As professoras relataram que a cartilha era o principal recurso didático utilizado na condução das aulas do Mobral.

A didática prevista no programa exprimia uma ação lenta, letra por letra até a junção das sílabas. As educadoras denotam que levavam em consideração o perfil do educando por ser um trabalhador do campo cansado.

Nós começamos a ensinar com as vogais, colocando na lousa para eles, mas tinham uns que não sabiam, não sabiam nem pegar no lápis. Passei uma semana ensinando o: a,e,i,o,u. Depois das vogais passamos para os encontros vocálicos. Porque tinham que saber, o que você pronuncia, o que você escuta.” (Francisca)

A professora revelou o mecanismo proposto em suas aulas, pelo mobral, para alfabetizar seus alunos. Revela-se a consideração minuciosa das letras e dos sons como forma para decodificar palavras e sílabas ao uso da repetida implementação metodológica.

Em outra análise, viu-se que a maneira como o método era proposto acontecia de forma paulatina, lentamente e em repetição, transportando um conteúdo por até uma semana. Em contraponto, coloca em questão os limitantes das pedagogias implementadas pelas professoras, desconsiderando a formação contínua, sem a formalização de novos materiais ou métodos pedagógicos de ensino. Vê-se que, o ensino proposto percorria as táticas monótonas e tediosas.

Gadotti (2003, p. 22) enfatiza a importância do método e o ato de saber ensinar. Quando considera “antes de perguntar o que deve saber ensinar, a professora deve se perguntar porque ensinar e como deve ser para ensinar”. A importância de saber como e o que ensinar, está intrinsecamente aliada às metodologias empregadas no Mobral, visto, o projeto do programa lidava com as construtivas de alfabetizar uma população que sequer tinha direito a professores formados, a saber o nível de profundidade que essas pedagogias eram empregadas

por alfabetizadoras ainda em formação (sem formação pedagógica), apenas instruídas, como visto na formação de educadores do programa.

A ação mostrou que a educação promovida no Mobral acontecia de forma repetitiva e monótona, de modo que a forma de aplicação do ensino se dava “até o aluno aprender”, desvelando que as metodologias empregadas pelas educadoras eram enfadonhas à vista da demonstração de aprendizagem do aluno.

“Sentava na mesa, [...] explicava bem direitinho, passava a tarefa no caderno. pra quando eles chegarem não perder tempo, né, eu já deixava aqui, saía, de cadeira em cadeira, explicando tudo bem direitinho à leitura, e depois vinha o exerciciozinho, depois voltava pra olhar a dificuldade, já tinha muita dificuldade, porque muitos não sabia nem pegar no lápis, pegava assim, fazendo força, ó, pegue o lápis assim, você pega, aí eu pegava a mão deles”. (Glória)

A educadora disse que por vezes chegou a manusear a mão do aluno no lápis para escrever, refletindo uma ação de cuidado e preocupação com o educando. A ação indica um processo comum, quando colocado em questão os desafios enfrentados pelos alfabetizados no processo de ensino e aprendizagem de leitura e escrita.

As aulas do programa, segundo as professoras, refletem a consideração do perfil discente do Mobral, dinâmicas e cantigas eram implementadas nas aulas, como explicita Luiza:

“Fazia dinâmica com eles, cantava, a gente cantava até a música do Mobral, era assim, a música do Mobral, nunca me esqueci, era assim. “Mobral, Mobral, Mobral, movimento brasileiro de alfabetização em ação. Mobral, Mobral, Mobral, movimento brasileiro de alfabetização em ação”. (Luiza)

As cantigas acolhidas pelas educadoras de Guaiúba, foram voltadas ao perfil do alfabetizando do programa, homem e mulher do campo. Segundo Luiza, esta ação era uma demonstração de incentivo para eles, que tanto gostavam de cantá-las:

“Obrigado ao homem do campo pelo leite o café e o pão Deus abençoe os braços que fazem O suado cultivo do chão Obrigado ao homem do campo pela carne, o arroz e feijão os legumes, verduras e frutas e as ervas do nosso sertão [...]

Obrigado ao homem do campo pela madeira da construção pelo couro e os fios das roupas Que agasalham a nossa nação pelo couro e os fios das roupas que agasalham a nossa nação [...]

Obrigado ao homem do campo o boiadeiro e o lavrador o patrão que dirige a fazenda o irmão que dirige o trator obrigado ao homem do campo o estudante e o professor a quem fecunda o solo cansado recuperando o antigo valor [...]"

A letra retratada considera a gratidão ao homem do campo que tanto trabalha pelo cultivo alimentar. Segundo as professoras, o perfil de seus alunos eram homens e mulheres que trabalhavam com o cultivo, no campo e na roça. Na inicialização das aulas do Mobral esta cantiga era cantada pelos frequentadores do programa. Esta formalização reitera a potencialidade do fazer pedagógico quando a “qualidade em educação refere-se à construção de sentidos.” Gadotti (2010.) ou seja, a educadora faz afirmação a construção do sentido pedagógico, no momento em que reconhece o perfil do educando que frequenta o Mobral.

Para além de tratar o perfil do educando da roça e do campo, as professoras do Mobral também recebiam orientações sobre o perfil profissional em relação à preparação dele para a construção civil. Em Guaiúba, a educadora Antônia revela que parte de seus alunos, ao concluírem o Mobral, já estavam aptos para trabalharem no ramo da construção civil. Fato este que, em suas aulas, os educandos eram conduzidos a “cursos para pedreiro”.

Também tinham as aulas em que a gente ensinava eles o trabalho. A gente dava aula para ensinar a serrar as coisas e a trabalhar com cimento. E por sinal, dois dos meus alunos do mobral, que já são falecidos, ficaram os dois pedreiros.

Ainda sobre como eram as aulas do programa, filtramos um dado importante. Referente ao material de apoio do professor, as alfabetizadoras atestam que as cartilhas do programa, comportavam palavras, segundo Francisca, “palavras geradoras”.

“Me lembro bem que tinha a palavra tijolo. Tinha um texto com a palavra tijolo. E esse tijolo, do que era feito? Extração do barro [...]"

Francisca aponta o uso de palavras geradoras no material pedagógico do professor do Mobral. Tal ação remete a demonstração incitadora do Mobral de se apropriar do método freiriano aplicado e ampliado em Angicos. Para Freire (1987, p. 11) “a educação verdadeira conscientiza as contradições do mundo humano.” Por

sua vez, Freire promove uma metodologia que utiliza palavras geradoras para conscientizar o educando ao uso da criticidade e não apenas demonstrando o uso de palavras no sentido vago e sem aprofundamento educativo.

Ao utilizar as palavras geradoras, o educador se coloca à disposição para manifestar o seu propósito no uso do método. Isto é, revelar a intenção, se há aprofundamento da temática, se há manifestação em demonstrar que o levantamento da questão dialoga com a realidade do educando e faz sentido. Freire reitera o limitante que isto pode revelar quando ditado a educação bancária.

Freire (1987) aponta o perigo desta educação que põe a ideia de o educador somente depositar sobre o aluno um conteúdo, não fazendo ir além, pensar, refletir e dialogar. Essa questão se faz presente, pois a tática do Mobral não incita o seu aluno a pensar e refletir, o que é o contraponto do uso das palavras geradoras. A educação bancária, desta vez, pode se fazer reveladora no Mobral, por indicar a depositar a frequência do ensino “até o aluno aprender”, destituindo uma educação alfabetizadora em construção.

Correa (1979, *apud* Gomes, 2012, p. 44) reiteram que as ações do MOBREAL eram “espontaneístas”, pouco burocráticas, conforme a rapidez que almejavam os resultados. A boa maleabilidade propiciou em tomadas de decisões improvisadas, mesmo que frágeis, as interlocuções do MOBREAL, nos primeiros anos de 1970 levaram a alfabetização de consideravelmente, 1 milhão e 81 mil alunos.

O programa, ao considerar alfabetizar os alunos do Mobral, apenas implementa cópias de métodos de sucesso, porém não aprofunda os mecanismos para implementá-los, inova-los e formalizá-los através do compromisso de considerar as vertentes que envolvem alfabetizar.

Sobre os objetivos do programa, a educadora Luzia evidencia “o *objetivo maior era ensinar a ler e escrever, preparando essa turma para votar,*”. Sob essa ótica, vê-se que o Mobral agia de forma performática a atingir seu principal objetivo, desarticular as altas taxas de analfabetismo em uma função aligeirada e utilitarista, na vertente de atingir os objetivos políticos econômicos, angariando novos eleitores, visando o voto do analfabeto, fato que incorpora a verdade relatada por praticamente todas as educadoras entrevistadas que contam: “bastava aprender a assinar o nome” que o aluno estava “alfabetizado”.

À época somente pessoas alfabetizadas conseguiam direito ao voto. O Mobral foi uma vertente encontrada para que pessoas pudessem formalizar sua aptidão

cívica, quando a partir do momento em que já soubessem assinar o nome, estariam aptas a ter os próprios documentos de identificação.

As práticas de ensino do Mobral se manifestam fragmentadas, sob a ausência de métodos progressivos. As ações metodológicas demonstram esvaziamento prático, alçada na tática mecânica utilitária a vista apenas dos resultados, sem considerar os mecanismos que levam o aluno a ser alfabetizado.

Um exemplo do tempo e da constatação desse processo está na imagem abaixo, cedida, gentilmente, por uma das professoras:

Figura 1 – Certificado de Conclusão do Curso de Preparação de Professores para o Mobral



Fonte: Professora do programa Mobral

O material recolhido faz parte de um acervo pessoal de uma das entrevistadas do Mobral em Guaiúba. Esse documento integra o certificado de reconhecimento pela conduta de “alfabetizador” da professora e faz parte da entrega dos certificados à docentes e discentes que participaram do Mobral.

Notadamente, o documento compõe especificações que necessitam ser analisadas a começar pela datação de atuação pelo programa, registrada entre 2 de Janeiro de 1979 a 31 de Maio de 1979 em Pacatuba. Esta delimitação de tempo só reforça, o que esta pesquisa já articula em análise que é o aligeiramento forçado de

turmas do Mobral. Segundo as educadoras, as turmas tinham o direito de permanecer durante apenas 6 meses. Posteriormente, trocava-se de turmas.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Mobral está intrinsecamente alicerçado na história da educação de jovens e adultos no país. O programa fez parte das políticas educacionais de reparação para a modalidade entre as décadas de 1960 a 1980 cuja demonstração de sua criação reposicionou o lugar do analfabeto no Brasil, viabilizando uma nova demonstração reparadora, em escala nacional.

O principal objetivo do programa era reparar as altas taxas de analfabetismo nos países, que chegaram a 40% em 1960. Em virtude deste propósito, o programa criou uma base de sustentação a nível nacional, via coordenações estaduais e comissões municipais a fim de uma aproximação com as camadas populares. A contemplação deste método fez do MOBREAL o programa de maior impacto político já existente, atingindo praticamente todas as cidades do país.

No entanto, a conservação da sua prática consistiu no atingimento dos objetivos políticos econômicos pelo governo militar que instituiu a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBREAL.

Ao se efetivar nas coordenações e comissões, o MOBREAL foi formalizando uma sustentação por onde chegava na recruta de educadoras, como visto em Guaiúba, *locus* dessa pesquisa, e Pacatuba, ambos no estado do Ceará.

Os resultados desta pesquisa repercutem a ampla discussão sobre as formações de professores do MOBREAL que aconteciam de formas performáticas, aligeiradas e sem aprofundamento pedagógico. Detectamos que as práticas pedagógicas do programa em Guaiúba se mostraram mecânicas, monótonas e repetitivas.

Nesta pesquisa, as análises demonstraram a atuação de um programa que se firmou de maneira utilitarista a fim de alcançar seus objetivos políticos econômicos, em busca de reais números e quantitativos rápidos de resultados, porém sem embasamento, aprofundamento, falta de uma política mais efetiva e com rigor a seguir a coordenadas de uma alfabetização emancipatória.

O programa foi duramente criticado e encerrou suas atividades no final da década de 1985. O MOBREAL investiu em números exorbitantes, infelizmente, não

conseguiu efetivar seu principal lema, erradicar o analfabetismo. O problema se tornou frequente, quando analisados os dados do censo de 1970 e 1980 o programa não havia conseguido reduzir mais que 7% da taxa de analfabetismo (Paiva, 1982).

Por fim, esta pesquisa tem o compromisso de filtrar e embasar as significativas do que foi o Mobral em Guaiúba(CE). Por esta razão ressaltamos, para além da análise, a importância do trabalho desenvolvido pelas educadoras e alfabetizadoras do Mobral em Guaiúba. Essas que marcaram no tempo as raízes que puderam ter a chance do estudo, aprendizagem e ensino, da oportunidade de “ser gente” consoante Ferreira (2024) sob a reparação de políticas educacionais para pessoas que puderam ser vistas e reconhecidas, entre alfabetizadores e alunos.

Espera-se que a discussão tenha contribuído para a reflexão crítica sobre a formação docente, as práticas de educação e emancipação da Educação de Jovens e Adultos, reparando modelos e construindo novas possibilidades políticas de ensino.

5 - REFERÊNCIAS

Almeida, João Paulo Guerreiro de. Movimento brasileiro de alfabetização-Mobral: memórias e práticas pedagógicas no município de São João do Jaguaribe/CE (1972-1979). 2017. 137 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2017) - Universidade Estadual do Ceará, , 2017. Disponível em: <<http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=82815>> Acesso em: 14 de março de 2025

BRASIL, Lei 5.379, de 15 de dezembro de 1967.

COELHO, L. R. Educação de Jovens e Adultos: as ações do MOBREAL no município de Patos de MG (1970- 1980). Universidade Federal de Uberlândia. MG, 2007.

COLETI, L. M. B. . Do MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) aos Programas de EJA (Educação de Jovens e Adultos) atuais: evolução ou manutenção das práticas pedagógicas?. In: VI Encontro do PEJA e IV Seminário Regional de EJA - Práticas de leitura e escrita em EJA, Marília, 2008.

CORRÊA, A.L. Educação de Massa e Ação Comunitária. Rio de Janeiro: MOBREAL, 1979.

FARIAS, Airton de. História do Ceará. Fortaleza, Edições Livro Técnico, 2009.

FÁVERO, Osmar. Paulo Freire: primeiros tempos. **Sobre as**, v. 40, p. 5-7, 2013.

FÁVERO, Osmar; SIQUEIRA, Elisa Motta de Souza. **Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos. Memória e História. Estudos e práticas em EJA: ampliando olhares**. Rio de Janeiro: Caetés, p. 123-130, 2016.

FERREIRA, Luís. **Gentes da EJA: além da subcidadania e da exclusão**. Editora CRV, 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Editora Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido, 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido. **Revista Lusófona de Educação**, v. 2, n. 2, p. 13-42, 2003.

GADOTTI, Moacir. **Qualidade na educação Uma nova abordagem**. 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Luciana Kellen de Souza. Memórias de professoras alfabetizadoras do MOBREAL em Fortaleza. 2012. 111f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza-CE, 2012.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista brasileira de educação**, n. 14, p. 108-130, 2000.

IBGE. Censo Demográfico de 2000. Disponível em: [http://: www.ibge.gov.br/home](http://www.ibge.gov.br/home).

MARCONI, Marina de Andrade et al. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Gomes, Suely Ferreira Deslandes Romeu. **Pesquisa social : teoria, método e criatividade**. 26. ed. — Petrópolis, RJ : Vozes, 2007.

MORAES, Ana Cristina de; SANTOS, Raquel Rogério; CHAVES, Pedro Jônatas Silva da. Contexto e desdobramentos da implantação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) no Ceará: Percepções de sujeitos envolvidos. **Revista Inter-Ação**, v. 47, n. 1, p. 59-72, 2022.

MUNICÍPIO DE GUAÍUBA. O município. Guaiúba: Disponível em: <https://www.guaiuba.ce.gov.br/omunicipio.php>.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de; PAIVA, Jane. Cenários da educação de jovens e adultos: desafios teóricos, indicativos políticos. **Educação de Jovens e Adultos. Rio de Janeiro: DP & A, 2004.**

PAIVA, V. P. **MOBRAL**: Um desacerto autoritário I, II. Rio de Janeiro: Sínteses, Ibrades, n. 23-24, 1981, 1982 .